

O Brasil pode negociar pesado com os credores, diz Conceição Tavares

por Vera Saavedra Durão
do Rio

Pela primeira vez, nos últimos dois anos, o Brasil conta com uma folga de liquidez — US\$ 2 bilhões em reservas — que lhe permite negociar pesado com seus credores externos. A opinião é da economista Maria da Conceição Tavares, para quem o governo não pode deixar escapar esta bela oportunidade de obter ganhos ao forçar um novo rumo na negociação de sua dívida externa. Esta situação favorável, entretanto, esgota-se em setembro, segundo a economista, quando terá início uma nova rodada da rolagem da dívida para 1985. "Não vejo possibilidades reais de o País reter os níveis atuais de reservas a partir de setembro, quando os juros passarão a ser pagos pela taxa atual de 13%, além de outros fatores. O não cumprimento de metas firmadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), como a de expansão de 50% da base monetária, por exemplo, poderá estourar estas reservas."

A situação política "opaca e obscura" é considerada, por Conceição Tavares, como "um complicador" dentro deste quadro da renegociação externa. Ela não acredita que até setembro a questão política esteja resolvida e, neste caso, o País fica "dependente da vontade" do presidente da República para se declarar "devedor soberano". A economista vê com desconfiança esta hipótese, lembrando que o presidente Figueiredo "anda mal", pois,

para ter legitimidade e apoio social para tanto, teria de "ou restabelecer a democracia ou apelar para a união nacional". Em relação a este último ponto, Conceição Tavares disse que há muitas dificuldades a enfrentar e comentou: "Chegamos a tal estado que há setores da sociedade favoráveis a um novo tipo de renegociação, que hoje temem uma vitória do atual governo neste campo, por entenderem que ela poderá ser usada como artifício para o continuismo".

Ao se referir à carta dos quatro países devedores da América Latina, entre os quais o Brasil, a economista disse que ela funcionou como "um alerta" aos credores externos. "Mesmo numa situação atual de certa liquidez, México, Brasil, Argentina e Colômbia, apoiados até pelo Chile, de Pinochet, chamam a atenção de seus credores para o fato de que continuam insolventes, sem condições de crescer economicamente." Segundo Conceição Tavares, todos estes países têm problemas de renegociação "pesada" a partir do segundo semestre deste ano, com exceção da Venezuela, que conta com US\$ 7 bilhões de reserva. "A Argentina tem de resolver sua situação até junho, o Brasil até setembro e o México até março", lembrou.

A economista falou ontem aos jornalistas, na posse de Tito Ryff, na presidência do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI).